

AS TRANSFORMAÇÕES RECENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR NO RIO GRANDE DO SUL: O CASO DA AGRICULTURA EM TEMPO PARCIAL*

*Sergio Schneider***

Introdução

Neste artigo, analisam-se as transformações recentes da agricultura familiar do Rio Grande do Sul ocorridas a partir da década de 70 na região da Colônia Velha alemã, hoje dividida nas microrregiões do Vale do Sinos, Encosta da Serra, Vale do Caí e Vale do Taquari. Analisa-se o processo de desarticulação do tradicional sistema produtivo colonial através da crise da produção de leite nas pequenas propriedades e da emergência da **agricultura em tempo parcial**. Essa nova forma de organização do trabalho familiar e de produção agrícola está intimamente ligada ao crescimento da **acaciocultura** como principal atividade produtiva comercial dos colonos e à busca de trabalhos extra-agrícolas (sobretudo assalariados) para obtenção de rendas por parte dos membros das famílias rurais.

A partir dos anos 70, a agricultura gaúcha foi submetida a um processo global de transformação. Entretanto essas mudanças não foram homogêneas e sequer seguiram um mesmo **padrão**. É opinião corrente que as transformações da estrutura agrária do Brasil Meridional, a partir dessa década, levaram a uma modernização tecnológica da produção agropecuária sem precedentes na sua história. Nas análises econômicas e na maioria dos estudos sociológicos realizados nos dois últimos decênios, tornou-se

* Este artigo é uma versão modificada de uma parte do Capítulo 3 de minha dissertação de mestrado. Ver Schneider (1994).

** Sociólogo, Mestre em Sociologia pela UNICAMP e Doutorando em Sociologia na UFRGS.

O autor agradece os comentários de Zander Navarro, Cláudia Schmitt e José Luis Bica de Melo a uma versão preliminar deste artigo, assumindo, no entanto, plena responsabilidade pelas idéias expostas e eventuais incorreções porventura remanescentes.

argumento quase inquestionável a constatação do sucesso produtivo e dos efeitos sociais da **modernização da agricultura**.¹

Essas transformações alteraram significativamente o cenário rural da Região Sul do Brasil, inclusive em áreas tradicionalmente caracterizadas pela agricultura familiar de origem colonial. O objetivo deste artigo é, portanto, demonstrar que existem algumas regiões onde o modelo agroindustrial de produção não é predominante. Mais do que isso, neste trabalho apresenta-se uma interpretação acerca das transformações dos processos produtivos e da organização familiar do trabalho em uma região onde a agricultura não é mais a única e, em certos casos, nem é mesmo a mais importante atividade econômica da população rural.

Ao contrário do que ocorreu na maior parte das regiões agrícolas do Rio Grande do Sul, na Colônia Velha alemã não se registraram significativos avanços no processo de modernização da base tecnológica da agricultura. As transformações nos processos produtivos agrícolas não primaram pelo avanço tecnológico, sendo limitadas e menos intensas se comparadas aos níveis alcançados em outras áreas. Neste trabalho, buscamos demonstrar que, não obstante essa **defasagem** tecnológica, foram exatamente essas áreas que, ao longo da década de 80, lograram índices expressivos de desenvolvimento econômico.

Em nossa opinião, a explicação para esse fenômeno deve ser buscada em dois processos aparentemente distintos e virtualmente antagônicos, mas singularmente complementares e articulados no escopo da análise sociológica que propomos. Trata-se, de um lado, das transformações nos processos de produção agrícolas e nas formas de reprodução da agricultura familiar que podemos sintetizar pela emergência de um novo tipo de agricultura, que denominaremos "agricultura em tempo parcial" (ou *part-time farming*). De outro lado, está o processo de **industrialização difusa** do setor coureiro-calçadista, que buscou expandir-se de modo **descentralizado** através da interiorização de suas unidades produtivas e do recrutamento de força de trabalho residente no espaço rural.

Este artigo divide-se em três partes. Iniciamos nossa análise mostrando como, a partir dos anos 70, o tradicional sistema produtivo colonial entra em crise. Destacamos como fatores principais dessa regressão o sistema de transferência da terra por mecanismos de herança, a degradação da fertilidade dos solos e, em especial, a posição desfavorável do colono em relação aos agentes mercantis externos, que lhe compravam os produtos agrícolas por eles fixados. Na segunda parte, demonstramos como essa forma de produzir dos colonos se desarticulou, através do estudo da produção de leite nas pequenas propriedades. A partir da década de 80, a acaciocultura passa a ser o principal produto comercial dos colonos, e a maior parte das rendas obtidas pelas famílias rurais originam-se de atividades econômicas desempenhadas fora da unidade

¹ O padrão de produção dito **moderno** ou agroindustrial caracteriza-se pela mecanização do processo de produção agrícola, pela utilização de insumos industriais e, em geral, pela prática de monoculturas. Entre os trabalhos afirmativos dessa corrente estão Kageyama *et al.* (1990); Muller (1989); Delgado (1985); Palmeira (1989); Silva (1982); Martine, Garcia (1987), etc.

produtiva. Assim, a policultura tradicional cedeu lugar à agricultura em tempo parcial, e muitas famílias rurais tornaram-se **pluriativas**, ou seja, configura-se uma situação onde, numa mesma unidade familiar, cada membro pode ter uma fonte diferente de trabalho e de renda. Na parte conclusiva do trabalho, mostramos como a indústria coureiro-calçadista se articula com esse tipo de agricultura familiar através da pluriatividade da força de trabalho dos colonos, potencializando uma nova forma de produção e de organização do trabalho no espaço rural-agrícola do Rio Grande do Sul.

1 - As transformações recentes da agricultura familiar no Rio Grande do Sul

A introdução do padrão tecnológico chamado "moderno" no Rio Grande do Sul remonta às transformações ocorridas na agricultura gaúcha a partir de meados deste século. Durante a década de 50, a agricultura gaúcha encontrava-se estagnada: a fronteira agrícola havia sido totalmente ocupada, forçando muitos agricultores a migrarem para fora do Estado. As culturas agrícolas mais desenvolvidas, como o arroz e o trigo, sofriam sérios problemas de competitividade com a oferta externa, e os incrementos de produtividade não eram compensados pelos preços de venda do produto. A suinocultura, que era o principal produto comercial dos colonos das regiões de colonização recente, como o Alto Uruguai e a região das Missões, também perdia seu dinamismo em função da substituição da banha por óleos vegetais, pela perda de mercados para os produtores catarinenses e mineiros e também pela exigência de um novo tipo de rebanho suíno, com preferência à produção de um porco tipo-carne (PRESSER, 1978). Essa situação, somada a outras combinações de ordem produtiva (solos, clima, etc.) e, principalmente, pela existência de estímulos externos (elevação dos preços nos mercados mundiais e ampliação de mercados), favoreceu a rápida difusão da soja em praticamente todas as regiões agrícolas da lavoura gaúcha.

O "fenômeno soja", como ficou conhecido, modificou a estrutura produtiva e social da agricultura do Rio Grande do Sul. Enquanto os sojicultores da região do Planalto Médio e, posteriormente, do noroeste do Estado tornaram-se o que Abramovay (1992, p.117-129) chamou de "agricultores profissionais"², os colonos da região do Vale do Sinos e da Encosta da Serra (ex-Colônia Velha alemã) foram levados ao assalariamento nas indústrias de calçados.³ Um mesmo **processo social**, vivenciado por dois grupos diferentes em um

² Embora possa parecer uma generalização, temos ciência de que nem todos os agricultores conseguiram modernizar-se. Nessa definição, caracterizamos como "agricultores profissionais" aqueles que permaneceram na região e se integraram no padrão produtivo dominante: o agroindustrial.

³ Na região sudeste do Rio Grande do Sul, situam-se as microrregiões do Vale do Sinos (formada pelos Municípios de Novo Hamburgo, Sapiranga, Campo Bom e Taquara), Encosta da Serra (Dois Irmãos, Ivoti, Nova Petrópolis e Gramado), Vale do Cai (Feliz, Barão e Salvador do Sul) e Vale do Taquari (Lajeado, Teutônia e Paverama).

ambiente social e econômico distinto, conduziu a uma singular diferenciação. As mudanças no ambiente social e econômico do modo de vida da Colônia Velha geraram novas estratégias de trabalho e novas formas de reprodução dos pequenos produtores familiares, sem alterar a base tecnológica do processo de produção agrícola.

Na região da antiga Colônia Velha alemã, as transformações de estrutura produtiva da agricultura percorreram uma trajetória distinta. A partir do início da década de 80, a indústria coureiro-calçadista estabeleceu uma peculiar interligação com os diferentes aspectos da economia regional das microrregiões da Encosta da Serra, do Vale do Caí e do Vale do Taquari. Essa articulação da indústria com a agricultura familiar gerou não somente transformações nas atividades agrícolas dos pequenos agricultores, sobretudo mudanças ocasionadas no processo de produção, como também levou uma parcela significativa da força de trabalho das famílias rurais ao assalariamento nas fábricas. O que parece singular nesse processo é o tipo de relação salarial que se estabeleceu. O emprego dos colonos, especialmente dos mais jovens, em atividades fabris não se caracterizou por um processo de proletarianização *strictu sensu*, e, assim, os efeitos da industrialização sobre a agricultura familiar não chegaram a provocar, de fato, movimentos migratórios expressivos das populações rurais da região para as cidades.

As facilidades de transporte, a proximidade da moradia dos colonos com as empresas calçadistas e a existência de um amplo mercado de trabalho no interior da colônia permitiram a combinação dos trabalhos agrícolas com o exercício de empregos extra-agrícolas por parte de alguns membros das famílias dos pequenos agricultores. O assalariamento constituiu-se, nesse caso, em alternativa estratégica às dificuldades econômicas e produtivas enfrentadas pelos colonos. A inadequação do sistema produtivo tradicional, que esgotava o solo e gerava poucos ganhos de produtividade, somada aos problemas de reprodução do modo de vida colonial, tornou os empregos fora da propriedade uma opção duplamente vantajosa: de um lado, obter rendas e ganhos econômicos para garantir a subsistência familiar e, de outro, manter a possibilidade de permanecer residindo na propriedade agrícola, plantando os produtos alimentares de consumo básico.⁴

Essa articulação da pequena agricultura com a indústria é também verificada em outros países. Trata-se da combinação de processos de industrialização localizados, de feições regionais, que estabelecem vinculações estreitas com a pequena agricultura familiar. Dentre as principais características da industrialização difusa, podemos destacar: (a) ela não requer, necessariamente, um processo de acumulação primitiva de capital ou de formação de um mercado de trabalho específico; (b) em geral, ocorre em regiões onde há forte densidade populacional e uma estrutura fundiária marcada pela presença de pequenas propriedades; (c) a população dessas áreas cultiva uma tradição

⁴ O sistema produtivo colonial constitui a forma de produção agrícola utilizada pelos colonos durante o processo de colonização. Em linhas gerais, ele pode ser caracterizado pela "expansão constante da zona pioneira" (WAIBEL, 1955), pela prática da rotação de terras, pela produção policultora de produtos de consumo básico, como feijão, milho, batata e mandioca, e pela relação "dependente" com os agentes mercantis externos (vendedores e comerciantes). Para maiores detalhes, consultar Roche (1969); Seyferth (1974); Amado (1978); e Pesavento (1983), dentre outros.

artesanal histórica; (d) a industrialização difusa ocorre, geralmente, em setores econômicos que têm uma relativa capacidade de deslocamento, são intensivos em ocupação de força de trabalho e pouco exigentes em termos de investimento em infra-estrutura; (e) segundo alguns autores (SCOTT, 1988; LIPIETZ, 1991; LIPIETZ, LEBORGNE, 1988; REIS, 1988; BAGNASCO, 1981), a industrialização difusa é uma das conseqüências das transformações pós-fordistas ocorridas nos países centrais a partir de 1970, que permitiram que certos setores industriais, apoiados em formações sociais e econômicas regionais, conseguissem se inserir em nichos de mercados. Segundo esses autores, a base produtiva desses setores muito se assemelha ao que, nos primórdios do capitalismo, era denominado *putting-out-system*.⁵

Quase desconhecida no Brasil, a noção de industrialização difusa tem se tornado uma alternativa de interpretação para o surgimento de regiões industrializadas, de feições locais e regionais, na Europa Mediterrânea, em especial em países como Itália, Espanha e Portugal. Boa parte de seus estudiosos é unânime em reconhecer os possíveis (em alguns casos, reais) efeitos desse fenômeno sobre a estrutura agrária. Sarraceno (1987, p.126), por exemplo, mostra como no caso italiano, em função do processo de industrialização difusa, "(...) a agricultura sofreu mudanças significativas: a pequena propriedade, com sua função de subsistência, perde sua importância, pois as rendas familiares passam a depender dos postos de trabalho seguros fora da propriedade". Nessa situação, a possibilidade de a família rural ter múltiplas fontes de renda coloca-se para o agricultor não apenas como uma estratégia de reprodução, mas, conforme a situação, as rendas extra-agrícolas podem também ser utilizadas como proventos temporários para a modernização da propriedade ou para a ampliação do conforto doméstico da família. A descentralização industrial, acompanhada pelos processos de industrialização de zonas periféricas, ao mesmo tempo em que proporciona o desenvolvimento econômico e social regionalizado, amplia o horizonte das potenciais estratégias de reprodução e persistência da pequena agricultura.⁶

No Rio Grande do Sul, a partir de meados da década de 80, os efeitos do processo de industrialização difusa do setor coureiro-calçadista sobre a pequena agricultura da região do Vale do Sinos e da Encosta da Serra tornaram-se notáveis. A crise do tradicional sistema produtivo colonial aprofundou-se, podendo-se elencar uma série de fatores de ordem

⁵ Segundo Courlet (1993, p.12), "A industrialização dispersa não é somente um estado de fato, é, sobretudo, um processo. Esse fenômeno consiste em uma passagem, em uma evolução sem ruptura. Esse modo de desenvolvimento aparece em zonas preponderantemente agrícolas, que conservaram uma forte densidade de população ativa jovem, e em zonas que têm uma rede urbana densa; trata-se, também, de espaços que têm uma forte tradição artesanal e que soberam fazê-la evoluir para uma indústria de pleno exercício. O modelo de industrialização dispersa baseia-se em iniciativas predominantemente locais e em interações fortes entre a economia e a sociedade" Sobre a industrialização difusa, consultar, ainda, Garofoli (1993); Lipietz (1988); Reis (1987, 1988); Scott (1991); Marsden (1989, 1992), etc.

⁶ Uma análise mais aprofundada sobre as características do processo de industrialização difusa pode ser encontrada em Schneider (1994, p.90-160).

interna e externa que contribuíram para a desarticulação do modo de vida colonial⁷. Na nossa opinião, o sistema produtivo adotado pelos colonos continha na sua própria dinâmica as origens dos limites de sua reprodução histórica. A forma das relações mercantis com os agentes externos, as técnicas de uso do solo, a falta de tecnologias apropriadas e o sistema de herança por partilha geravam a necessidade constante e sucessiva de expansão da **zona pioneira** (WAIBEL, 1955). Essa forma de produzir e de reproduzir a família colonial-camponesa, no entanto, somente era viável num contexto histórico onde houvesse terras novas a serem colonizadas e uma fronteira agrícola a ser ocupada.⁸

Essas condições existiram até meados do século XX no Rio Grande do Sul. A partir da ocupação das terras da região noroeste do Estado, que era, até então, a principal área de expansão da zona pioneira, a Colônia Velha obrigou-se a redefinir suas atividades produtivas e sua forma de produção. A inadequação da região de Serra à mecanização das propriedades e as dificuldades para desenvolver uma cultura comercial nos moldes da sojicultura ou outro cultivo dinâmico constituíam-se nos principais obstáculos à modernização das pequenas propriedades dos colonos. Não obstante, é importante salientar que, pelo menos durante mais duas décadas, a partir de 1950, a Colônia Velha encontrou um mercado consumidor de produtos agrícolas de consumo alimentar nas Cidades de Novo Hamburgo, São Leopoldo e na Capital gaúcha, onde emergiam as indústrias e, com elas, a concentração urbana.

Embora a Colônia Velha fosse a principal fornecedora de alimentos para as cidades próximas de Porto Alegre, sua situação deteriorar-se-ia rapidamente a partir de meados dos anos 60. Primeiro, pela falta de uma política agrícola adequada aos produtores de gêneros alimentares de consumo básico. O estímulo estatal destinava-se, quase exclusivamente, às exportações, permitindo que a sojicultura açambarcasse a maioria dos recursos creditícios e fiscais. Em segundo lugar, "pela sua integração parcial a mercados imperfeitos" (ABRAMOVAY, 1992, p.115). Ou seja, apesar de o colono-camponês dispor de uma certa "flexibilidade entre consumo e venda" de sua produção, em função das circunstâncias ocasionais que lhe permitiam um cálculo entre as necessidades da família e a venda do produto, ele se encontrava numa situação onde a definição das "regras de mercado" (preço, forma de pagamento, etc.) eram feitas por

⁷ Definimos o modo de vida colonial pela convergência entre a forma de produzir (o sistema produtivo propriamente dito) e a forma de sociabilidade adotadas pelos colonos. Para maiores detalhes, consultar Schneider (1994, cap. 1).

⁸ A crise do sistema produtivo colonial, desencadeada a partir da década de 60 na Colônia Velha, deve-se muito menos às opções subjetivas ou a decisões familiares dos colonos do que à adoção de estratégias sociais e econômicas face a uma situação absolutamente diferente daquela existente até a segunda metade do século XIX. Léo Waibel (1955) chama atenção para o fato de que a reprodução do sistema agrícola colonial (do modo de vida) sempre esteve associada à forma de expansão da zona pioneira. Enquanto havia terras novas a serem ocupadas (migrações rural-rural), o colono não precisava alterar seu sistema produtivo e a forma de produzir. No entanto, quando a terra escasseou (fechamento da fronteira agrícola), interrompeu-se a expansão da zona pioneira, e a sobrevivência do modo de vida condicionou-se aos rearranjos internos da unidade produtiva colonial: através da reorganização do trabalho e do estabelecimento de novas relações com a sociedade global (sobretudo relações mercantis).

agentes externos.⁹ Os "intermediários" (compradores ambulantes das mercadorias agrícolas), por disporem de meios de transporte, definiam arbitrariamente a forma das trocas mercantis com os pequenos agricultores. Nessa posição, o colono encontrava-se "(...) na mais completa dependência pessoal daqueles pelos quais passava sua inserção na divisão social do trabalho" (ABRAMOVAY, 1992, p.116; ROCHE, 1969; GARCIA JUNIOR, 1989).

Essa situação, como ressaltado acima, não tardou a arruinar muitos colonos. Sua fragilidade perante os agentes externos ampliava-se na proporção direta de seu maior envolvimento com os mesmos. O quadro social e econômico que se desenhou na agricultura familiar das regiões do Vale do Sinos e da Encosta da Serra, durante a década de 70, combinava a "asfixia e o estrangulamento" dos colonos pelos agentes externos (comerciantes e intermediários) com a emergência de um mercado de trabalho urbano-industrial, gerado pelo processo de industrialização difusa do setor coureiro-calçadista.¹⁰ As dificuldades geradas pelas pressões econômicas sofridas pelos pequenos agricultores conduziram muitos jovens, filhos de colonos, ao assalariamento nas indústrias.

2 - Agricultura familiar e a industrialização difusa: a desarticulação do sistema agrícola colonial

Para demonstrar os limites do tradicional sistema agrícola da Colônia Velha alemã, recorremos ao estudo da atividade leiteira na região da Encosta da Serra (enfocando principalmente as Cidades de Dois Irmãos e Ivoti). Analisamos a dinâmica e as características da produção de leite nas pequenas unidades agrícolas de produção familiar. Por se constituir em atividade difundida por toda a região e em quase todas as propriedades, acreditamos que, através de sua análise detalhada, possamos identificar as características e os principais limites que levaram à desarticulação do sistema agrícola colonial, a partir da década de 70.

O sistema de produção adotado pelos colonos de origem alemã combinava a criação animal com a agricultura. No início, o principal papel reservado aos animais eram os serviços de tração de arados, carretas, etc. Com o crescimento do rebanho bovino, muitos colonos passaram a incrementar suas técnicas de produção mediante a adubação com esterco. Embora a criação de bovinos fosse comum nas pequenas propriedades, somente

⁹ A essa flexibilidade Heredia (1979) e Garcia Junior (1983) chamam de **alternatividade**, ou seja, uma estratégia de segurança e de defesa do camponês em relação aos agentes externos. E, mais do que isso, uma forma de otimização, de valorização, do resultado de seu trabalho, uma vez que sua racionalidade gira em torno, primeiro, das necessidades primárias da família (subsistência) e, depois, das outras formas de ganhos.

¹⁰ Nas microrregiões do Vale do Caí e do Vale do Taquari, que também compõem a Colônia Velha alemã, esse processo de desarticulação ocorre mais tarde, aprofundando-se, sobremaneira, ao longo dos anos 80.

a partir de meados do século XX ela se tornou significativa. Até então, o leite servia para alimentar a família, sendo as sobras aproveitadas na produção da manteiga e do queijo, que eram permutados por outros gêneros alimentícios nas casas de comércio — as "vendas".¹¹

A partir de meados da década de 60, a produção de leite desenvolveu-se rapidamente na região da Colônia Velha, primeiramente em substituição à suinocultura, que havia deixado de ser lucrativa devido à competição dos produtores de outras regiões (das Colônias Novas do Rio Grande do Sul, do Paraná e de São Paulo), e, posteriormente, em função da utilização crescente dos óleos vegetais em lugar da banha. Além disso, os processos de industrialização e de urbanização ocorridos nas Cidades de Novo Hamburgo, São Leopoldo e na Capital ampliavam a demanda pelos produtos lácteos. Em 1970, segundo Presser (1978, p.87), enquanto as lavouras comerciais da Colônia Velha, como milho, batata, feijão e mandioca, estavam estagnadas, ocorria um aumento de 62% da produção de leite. Na avaliação desse autor, o leite, "(...) embora produto sujeito a constantes tabelamentos, continuava a ser uma das únicas opções para as esgotadas terras da Colônia Velha".¹² Desse modo, a produção de leite constituiu-se numa alternativa de reprodução da agricultura familiar colonial.

Em consequência, no interior da unidade familiar agrícola a produção de leite tornou-se rapidamente o produto comercial fundamental à forma de produção adotada pelos colonos. Os lucros antes obtidos com a venda do requeijão, da manteiga e do queijo foram substituídos pela venda do produto *in natura*. Uma outra vantagem da produção de leite é que ele era o único produto agrícola que garantia à família uma renda mensal regular. Embora os recursos obtidos com a venda do leite tivessem um caráter complementar para o colono, pois não era a atividade econômica principal da propriedade, era dele que dependia o sustento da família nos períodos de entressafra.

Por ser considerada uma atividade doméstica e ter se constituído como complemento às demais tarefas agrícolas, a produção leiteira passou a ser de responsabilidade das mulheres da família colonial. As rendas obtidas com sua venda, em geral, eram utilizadas para adquirir os produtos alimentícios que não se produziam na propriedade, como café, açúcar, sal, tecidos e outros. Essas características parecem aproximar a atividade leiteira da família do colono ao que Eric Wolf (1976, p.19) chamou de formação de "fundos de manutenção" em sociedades camponesas. Ou seja, são "os gastos necessários para a restauração do equipamento mínimo, tanto para a produção como para o consumo". Para muitas famílias de colonos, as rendas obtidas com a venda

¹¹ Sobre a relação dos colonos com os comerciantes e o papel das "vendas rurais" na sociedade colonial, consultar Roche (1969); Seyferth (1974) e Amado (1978).

¹² Segundo Presser (1978, p. 87), entre os fatores que explicam esse comportamento da agricultura colonial gaúcha estão: (a) a redução do tamanho médio dos pequenos estabelecimentos, que passou de 19,3ha em 1950 para 14,5ha em 1970, ou seja, uma diminuição de 25%, o que acarretou uma elevação de 94% no número de pequenos estabelecimentos; (b) incapacidade de retenção da mão-de-obra nas áreas coloniais mais antigas, levando ao crescimento das taxas de urbanização — "(...) 79,7% do incremento populacional total do Rio Grande do Sul entre 1950 e 1960 e 91,1% do incremento entre 1960 e 1970 se deu nas cidades".

do leite estabeleciam um equilíbrio entre as necessidades alimentares da família, que dependiam da aquisição externa, e as rendas provenientes da venda dos produtos agrícolas que eram produzidos na propriedade. As rendas obtidas com a venda da produção agrícola (feijão, batata, milho, etc.) destinavam-se a investimentos mais vultosos na propriedade (animais de tração, ferramentas agrícolas, etc.) ou que permitiam ampliar o conforto da família (automóvel, eletrodomésticos, etc.).

A produção leiteira fortaleceu-se na região da Encosta da Serra (cidades como Ivoti, Dois Irmãos, Nova Petrópolis e outras) nos primeiros anos da década de 70. De um modo geral, pode-se dizer que há três fases distintas dessa atividade na região: surgimento, expansão e desarticulação. A primeira fase teve início por volta de 1940 e estendeu-se até cerca de 1960, período em que algumas empresas introduziram a pasteurização do leite para comercializá-lo. Essa fase caracterizou-se pela emergência da atividade leiteira como principal fonte de recursos permanentes dos colonos. A venda *in natura* tornou-se regular (diária), e, ao final de cada período (semana ou mês, conforme o caso), o colono recebia o dinheiro com a venda do leite. Desenvolveu-se, também, uma extensa rede de transportadores particulares de leite, que diariamente trafegavam com suas carroças pelas linhas e picadas coletando o produto. O leite era comercializado nos centros urbanos da época (sobretudo São Leopoldo e Porto Alegre) ou beneficiado. Devido às distâncias e às dificuldades de deslocamento, podia haver vários recolhedores no meio rural, que entregavam o produto a um único intermediário, localizado no centro da linha ou da picada, que, então, o transportava até as cidades e lá o revendia.¹³

A segunda fase, que principia nos primórdios dos anos 60 e se estende até o final de 1970, caracterizou-se pela expansão e pela industrialização do leite na região. A grande maioria dos transportadores de leite não dispunha dos recursos necessários à industrialização e à pasteurização do leite. Boa parte desses transportadores autônomos deixou de comercializar o leite diretamente com os consumidores, passando a coletá-lo para as indústrias de laticínios.¹⁴ Na região da Encosta da Serra, a empresa de laticínios Ivoti foi uma das poucas firmas locais que conseguiu implantar a pasteurização do leite.¹⁵

¹³ A grande maioria dos transportadores de leite ou aqueles que tinham pequenos postos de coleta do leite no interior das linhas e picadas eram também comerciantes — vendeiros. Como eles dominavam o comércio local de produtos diversos, as trocas geralmente envolviam a permuta de bens, em lugar das transações monetárias.

¹⁴ Essa é, por exemplo, a trajetória do posto de coleta de leite da Sra. E. D. e do Sr. A. S., em Dois Irmãos. Ambos faziam a coleta diretamente nas propriedades dos colonos, dispondo também de uma rede de fornecedores que levavam o leite diretamente ao posto de coleta. Somente o posto de recolhimento de leite da Sra. E. D., em Dois Irmãos, chegou a coletar em torno de 1.500 litros diários. Em Pinhal Alto, o Sr. F. e o Sr. A. traziam, cada um, em torno de 3.000 litros/dia nesse período. Além destes, a própria empresa de Ivoti tinha várias linhas de coleta de leite, dentre elas: Picada Café, Picada Schneider, Picada Feijão, Nova Vila, São José do Hortêncio, Picada 48 Alta e Picada Capivara.

¹⁵ Segundo um de seus atuais diretores, durante a década de 70 a região constituía-se numa forte bacia leiteira. No ano de 1975, a Laticínios Ivoti tinha em torno de 2.500 pequenos agricultores produtores de leite, que, no total, forneciam entre 25 e 30 mil litros de leite/dia, localizados nas cidades da Encosta da Serra. Nessa região, além da Laticínios Ivoti, existem ainda a Laticínios Hamburguense e a Cooperativa de Leite Piá.

A terceira e última fase teve início em 1980 e estendeu-se por não mais de cinco anos, quando a produção de leite na região entrou em crise e desarticulou-se, quase desaparecendo por completo enquanto produção comercial das pequenas propriedades. As empresas de laticínios deixaram de fazer a coleta nas linhas e picadas, e os poucos colonos que ainda mantiveram vacas leiteiras passaram a utilizar o leite para o consumo familiar e para a produção de derivados, como nata, requeijão, queijo, etc. A partir de meados da década de 80, a atividade leiteira dos colonos voltou a cumprir a mesma função que desempenhava há várias décadas atrás: alimentar a família rural.

Há três razões para a crise da produção leiteira dos pequenos agricultores na microrregião da Encosta da Serra. A primeira deve-se ao surgimento de outras bacias leiteiras ofertantes à Região Metropolitana de Porto Alegre (como as bacias de Gravataí e de Taquari) e à própria dinâmica da produção leiteira de outras partes do País que passaram a concorrer em termos de mercados nacionais. A segunda delas está ligada à posição da produção de leite no interior do sistema produtivo colonial. A atividade leiteira era considerada uma fonte de renda "secundária e suplementar" da família, sendo a maior parte dos lucros administrados pelas mulheres ou esposas. Por isso, para o colono chefe da família, ela não justificava qualquer tipo de investimento tecnológico, como a mecanização da ordenha, o melhoramento genético das matrizes, etc. A condição de "atividade complementar" da produção de leite também ajuda a explicar as dificuldades de modernização que as empresas e os técnicos encontravam junto aos produtores. Segundo estes: "(...) O leite nunca que ia receber algum investimento maior dos colonos para se desenvolver (...). O leite é um complemento para a família e só!" (N.M., Ivoti/RS).

Para compreender o papel que a atividade leiteira exercia no sistema produtivo global da unidade de produção familiar, é preciso recorrer à análise da posição da mulher na divisão sexual do trabalho e à sua relação com as demais atividades produtivas existentes no interior da propriedade agrícola. Assim, é possível determinar a importância econômica da produção de leite e explicar o fato de ela ser considerada uma atividade secundária ou complementar. Longe de ser a atividade agrícola principal (que eram as culturas comerciais de batata, milho, feijão e mandioca), o leite tinha a função de garantir uma produção de subsistência — através da sua venda a família adquiriria os produtos que não eram produzidos na propriedade — e de servir para o autoconsumo familiar. Não obstante a produção de leite carecesse de *status* e de reconhecimento no interior da unidade produtiva, dada sua condição de "marginal" em relação às outras atividades agrícolas e "complementar" em termos de geração de rendas, não raras vezes era a ela que a família recorria como fonte de recursos permanentes.

A terceira razão, de ordem mais geral, que explica a crise da atividade leiteira, refere-se à forma "histórica" da relação entre os camponeses (no caso, os colonos) e os agentes mercantis externos. Marx (1985) já havia destacado que a posição desfavorável dos pequenos produtores em relação aos comerciantes se deve à transferência de valor que ocorre do camponês para a sociedade no momento da venda de seus produtos. Segundo ele, isso ocorre porque:

"Embora pequeno capitalista, o único limite absoluto para ele é o **salário que paga a si mesmo** após deduzir os custos propriamente ditos. Enquanto o preço do produto o cobrir, cultivará a terra, e freqüentes vezes submetendo-se a salário reduzido, ao mínimo vital (...). **Parte do trabalho excedente dos camponeses que lidam nas condições mais desfavoráveis é dada de graça à sociedade e não contribui para regular os preços de produção, nem para formar o valor em geral. Esse preço mais baixo, portanto, resulta da pobreza dos produtores e não da produtividade do trabalho** (grifo nosso)" (MARX, 1985, p.924).

Embora controvertida e polêmica, essa afirmação de Marx nos ajuda a explicar um dos fatores decisivos que contribuíram para a desarticulação do sistema agrícola colonial. Na atividade leiteira, a mercantilização das relações econômicas entre os colonos e os agentes comerciais externos assumiu características *sui generis*.¹⁶ Além da coleta do leite, os transportadores comercializavam diversos tipos de produtos agropecuários (rações animais, farelos, nutrientes, etc.) e de consumo doméstico (açúcar, sal, café, etc.) com os colonos. Nessa situação, a venda do leite, na grande maioria das vezes, não passava de uma permuta do colono com o comerciante-transportador por produtos alimentares de consumo básico. O depoimento de um vendeiro que também recolhia e transportava leite revelou como isso ocorria:

"Nós tínhamos aí uma venda e um depósito. Quando alguém encomendava algum produto (como o farelo e a linhaça ou para alimentação), nós o levava de manhã, quando íamos buscar o leite lá neste colono. Aí era anotado tudo num caderno: tudo o que era levado para ele e todo o leite que nós comprava dele. No final do mês, faziam-se as contas (...)" (A.S., Dois Irmãos/RS).

A vulnerabilidade e a dependência dos colonos em relação a esses agentes externos revela-se na seguinte declaração:

"Nós [a empresa] fazíamos os pagamentos para os comerciantes [vendas ou casas de comércio], e lá os produtores iam buscar o dinheiro deles. A grande maioria já tinha comprado outros produtos (...). Então, o colono levava o leite até a casa comercial, e depois o caminhão do leite passava e recolhia. E o pagamento era feito aos comerciantes. Claro, **nós é que pagávamos aos produtores, mas o comerciante se dispunha a fazer este serviço. Tinha aí uma rede de intermediação.** O vendeiro recebia o envelope com o dinheiro da laticínios. Lá tinha a listagem de quanto o produtor tinha a receber. Mas o produtor já tinha comprado por antecipação no armazém em troca desse dinheiro do leite. A relação do comerciante com o colono era tudo na base da troca... Tudo que o colono não podia produzir na propriedade ele adquiria em cima do fornecimento de leite (...)" (A.K. e A.B., Ivoti/RS).

¹⁶ O que afirmamos para a atividade leiteira cremos ser, também, verdadeiro para os demais produtos agrícolas coloniais, como batata-inglesa, feijão, milho, mandioca, etc.

Esses depoimentos nos revelam que tanto a forma de produzir como a natureza das relações dos colonos com os comerciantes mantiveram-se inalteradas ao longo dos anos 70, pois permaneceram numa situação de "integração parcial a mercados com alto grau de imperfeição", conforme salientou Ellis (1988).¹⁷ No caso da venda do leite, o alto grau de imperfeição dos mercados, acentuado pelo monopólio das relações econômicas e pelo estabelecimento de laços pessoais, conduziu os colonos a uma situação de vulnerabilidade tal que implicou o solapamento da natureza parcial de sua integração. Ou seja, a flexibilidade ou a autonomia relativa entre a venda e o consumo, características definidoras da parcialidade da integração mercantil das sociedades camponesas, esvanece-se.

Parece-nos que o colono, ao aprofundar sua relação com os agentes externos, passou de uma situação de "integração parcial" para uma condição de "subordinação". Ou seja, ao substituir a policultura tradicional pelas culturas comerciais (leite e outros), o colono restringiu sua capacidade de estabelecer "estratégias de alternatividade" (vender ou consumir) em função da situação dos preços e das condições de mercado, uma vez que, crescentemente, a satisfação das necessidades alimentares da família passou a depender diretamente da existência de recursos monetários para comprar esses alimentos fora. Em outras palavras, em situações em que o colono especializa ou intensifica sua produção, sem que isso implique investimentos no conjunto dos fatores produtivos visando ao aumento da produtividade, ele tende a restringir "seu controle entre consumir e vender".¹⁸ Nessas circunstâncias, aumenta a transferência de valor do colono para a sociedade, o que o conduz à ruína. A ampliação das relações mercantis do colono com os agentes externos demonstra-nos que a "autonomia camponesa", tão cara a certas correntes do pensamento social agrário, deixa crescentemente de existir em situações ou processos de mercantilização da vida social.

No entanto, de todos os fatores que contribuíram para a desarticulação da atividade leiteira e do tradicional sistema agrícola colonial nas regiões do Vale do Sinos e da Encosta da Serra (e boa parte dos municípios do Vale do Rio Caí), nenhum parece ter tido o impacto que teve o processo de expansão do setor coureiro-calçadista. Paradoxalmente, porém, ao mesmo tempo em que esse processo corrobora a desarticulação do sistema produtivo colonial, ele se apresenta como principal alternativa à reprodução da agricultura familiar, embora isso ocorra em um novo patamar, como veremos adiante.

A partir da década de 80, os processos de interiorização e de descentralização industrial aprofundaram-se e passaram a exercer uma pressão ainda maior sobre a força

¹⁷ Ellis (1988, p. 12) define os camponeses como "(...) unidades domésticas com acesso a seus meios de vida na terra, utilizando principalmente trabalho familiar na produção agropecuária, sempre localizadas num sistema global, mas fundamentalmente caracterizadas pelo seu engajamento parcial em mercados que tendem a funcionar com alto grau de imperfeição".

¹⁸ Garcia Junior (1983) e Heredia (1979) chamaram isso de "estratégias de alternatividade". Ver nota 9 neste texto.

de trabalho (principalmente entre os jovens) das colônias. A busca da flexibilização dos processos produtivos industriais e o interesse das empresas do setor coureiro-calçadista por uma mão-de-obra barata e cativa, com baixa participação política, débil organização sindical e, portanto, mais suscetível a controles disciplinares aceleraram ainda mais esses processos. Com a chegada das indústrias no interior da colônia, houve o alargamento do mercado local de trabalho e o estabelecimento de uma gama variada de atividades econômicas, bem como outros serviços, empregos autônomos e funções públicas. Nos anos 80, as emancipações de pequenas localidades ou distritos de municípios mais antigos ampliaram a desconcentração econômica e abriram espaço para que pequenos "povoados aglomerados" (WAIBEL, 1955) rurais assumissem o *status* de cidades. Segundo um empresário da região, isso não teria sido possível sem o dinamismo da indústria coureiro-calçadista.

"As indústrias estão absorvendo a mão-de-obra mesmo nos nossos interiores (...) A partir de 1980 é que começou o decréscimo maior. Aí as indústrias de calçados começaram a se instalar no interior, começaram a botar filiais." (A.B., Ivoti/RS).¹⁹

Desse processo de desarticulação do modo de vida colonial emergem novas relações de trabalho e novas estratégias de produção e de reprodução dos pequenos agricultores familiares.²⁰ Embora a maioria das "forças plenas", para usar uma categoria de Tepicht (1973), da família rural (chefes de família e jovens acima de 14 anos) se assalariem nas indústrias de calçados da região, eles permaneceram proprietários de suas terras e continuaram a residir no meio rural. Assumem, em muitos casos, a condição de "colonos-operários". Já não mais se dedicam à agricultura de modo integral, pois substituíram a policultura colonial pela acaciocultura²¹.

2.1 - A agricultura em tempo parcial e a acaciocultura

A partir de meados da década de 80, iniciou-se um processo de transformação da estrutura produtiva das regiões onde se localiza o pólo coureiro-calçadista gaúcho. Essas mudanças podem ser percebidas no processo produtivo das indústrias calçadistas,

¹⁹ Alguns transportadores de leite entrevistados são da mesma opinião, como o Sr. A.S. (Dois Irmãos/RS): "O principal motivo da queda do leite são as fábricas de calçados. Os filhos começam a sair da roça e a trabalhar na cidade e, assim, a agricultura foi retrocedendo (...) os jovens todos foram para a indústria, e os velhos não têm mais condições de trabalhar a terra (...)" (traduzido do alemão pelo autor).

²⁰ Em Schneider (1994, cap.4), encontram-se análises mais aprofundadas sobre esse assunto.

²¹ A acácia negra é uma árvore exótica da qual se extrai o tanino, utilizado como tanante e resina vegetal no curtimento do couro. A acácia é plantada em fileiras numa distância de dois metros quadrados, o que permite o consorciamento com outras culturas agrícolas, como milho, mandioca, feijão e outros, no primeiro ano de plantio. Sendo uma árvore da classe das leguminosas, seu rápido crescimento (cerca de sete a oito anos para ser colhida) e a propriedade de fixação de nitrogênio no solo constituem seus principais atributos.

bem como na alteração do tradicional sistema agrícola colonial. As indústrias descentralizaram-se e interiorizaram-se com o objetivo de estabelecer suas unidades produtivas junto aos povoados aglomerados das picadas e das linhas, visando assalariar os jovens filhos de colonos. A agricultura familiar alterou seu perfil colonial: introduziu-se a acaciocultura como atividade econômica, e os empregos assalariados nas fábricas de calçados tornaram-se a principal fonte regular de renda dos agricultores.

A emergência da acaciocultura como principal atividade comercial dos pequenos agricultores familiares e a crescente importância dos empregos assalariados extra-agrícolas na definição do orçamento familiar permitiram a emergência de um novo tipo de estrutura produtiva agrícola e de organização do processo de trabalho, que definimos como **agricultura em tempo parcial**. A agricultura em tempo parcial ocorre nas situações em que pelo menos a metade da força de trabalho ativa da família não tem na propriedade rural seu principal local de trabalho. Na França, essa situação também tem sido denominada de *pluriactivité*, porque implica a coexistência de uma diversidade de tarefas (agrícolas e não agrícolas), sendo desempenhadas pelos diferentes membros de uma mesma unidade familiar de produção. Aqui, chamaremos de "pluriativos" não apenas os agricultores, mas também os componentes da família rural que, além de estarem ligados às atividades agrícolas ou mesmo que apenas residentes na propriedade dos pais, desempenham outro tipo de trabalho remunerado fora da propriedade. A expressão *part-time farming* fica resguardada às características que assume o tipo de agricultura praticada enquanto uma forma de trabalho. Ambas as noções procuram caracterizar uma situação em que as atividades agrícolas deixaram de ser as únicas e exclusivas tarefas desempenhadas pelos membros da família rural residentes numa propriedade agrícola.²²

A agricultura em tempo parcial sintetiza as mudanças estruturais ocorridas no setor agrícola das regiões da ex-Colônia Velha e surge como uma conseqüência do "bloqueio fundiário" (SOUZA, 1992, p.113) e da introdução da acaciocultura como principal cultivo agrícola. O bloqueio fundiário é resultado do sistema de herança por partilha, vigente nas colônias alemãs do Rio Grande do Sul, e da forma de expansão da zona pioneira como modelo de colonização. O desenvolvimento da acaciocultura é uma conseqüência das alterações nos processos produtivos agrícolas das regiões da Serra gaúcha, onde não houve modernização tecnológica da agricultura.

Existem, basicamente, duas estratégias diferentes: de um lado, através das estratégias empresariais de descentralização e de terceirização surgem novas formas de produção e de trabalho e, de outro, através das novas relações de trabalho, quando ocorre o assalariamento de alguns membros das famílias rurais, sobretudo dos jovens, nas fábricas de sapatos. Essas estratégias consolidam a articulação da indústria coureiro-calçadista com a pequena agricultura de produção familiar. A seguir detalharemos qual o impacto de cada uma dessas estratégias sobre a agricultura familiar e quais as novas formas de trabalho que emergem dessa articulação.

²² Para uma discussão mais aprofundada sobre essas noções, consultar Association des Ruralistes Français (1984); Arkleton Research (1987); Brun (1988); Vries (1993); e Schneider (1994a).

Na década de 80, com a interiorização e a descentralização industrial, cresceu o assalariamento de colonos nas empresas de calçados.²³ E não foi apenas em função da força de trabalho que as indústrias adotaram essas estratégias, pois a descentralização de fases do processo de produção também se mostrou altamente funcional à flexibilização das relações de produção. Com a interiorização de partes do processo de produção, as empresas reduziram os custos de modernização tecnológica das plantas industriais centrais e mantiveram uma elevada capacidade de atendimento às demandas do mercado mundial.

Na Cidade de Dois Irmãos, encontramos um exemplo paradigmático dessa realidade. As cinco grandes empresas que ali exercem suas atividades são também as únicas empresas de sapatos das cidades vizinhas de Santa Maria do Herval e de Morro Reuter, onde estabeleceram suas filiais. Tendo se emancipado de Dois Irmãos, a primeira em 1988 e a segunda em 1992, essas cidades são sedes de unidades de produção que fabricam apenas uma parte do processo produtivo do sapato, em geral o chamado "pré-fabricado".²⁴ Somente em 1990, uma das empresas de calçados, com filial estabelecida em Santa Maria do Herval, decidiu autonomizar sua unidade de produção e produzir um sapato do "início ao fim". Segundo o depoimento de seu proprietário a um semanário, essa atitude faz parte de uma estratégia da empresa:

"(...) nós estamos descentralizando a produção. Não queremos, por diversos motivos, entre eles a segurança e o desenvolvimento regionalizado, produzir numa única empresa. Nossa estratégia é a de termos, em cada filial, uma empresa autônoma, que faça o sapato do início ao fim" (J.D.I., 22.9.1990).

A segunda estratégia de articulação da indústria coureiro-calçadista com a pequena agricultura dá-se pela atração que exercem os empregos assalariados extra-agrícolas sobre os colonos. A remuneração mensal e os direitos trabalhistas e previdenciários oferecidos pelas empresas são os atrativos que levam muitos colonos a "abandonarem" a agricultura. Nessa situação é que a acaciocultura encontrou uma conjuntura favorável ao seu desenvolvimento nas pequenas propriedades da região da Encosta da Serra, do Vale do Caí e do Vale do Taquari (região da Colônia Velha). Surge, assim, um "novo tipo" de colono e uma nova forma de trabalho.

A desarticulação do tradicional sistema agrícola colonial e a emergência da acaciocultura como uma "cultura de abandono"²⁵ levou a agricultura das regiões do Vale

²³ Incluem-se aí todas as formas de trabalho remunerado que as empresas estabelecem com as populações do "meio rural", que vão desde as atividades assalariadas com registro legal até as atividades temporárias, informais ou precárias.

²⁴ À exceção de uma fábrica de Santa Maria do Herval e de duas de Morro Reuter, as demais filiais são todas "prestadoras de serviço" para as matrizes localizadas em Dois Irmãos.

²⁵ A denominação de cultura de abandono à acaciocultura deve-se a dois motivos: o primeiro, refere-se ao cultivo propriamente dito, pois essa atividade exige pouco tempo de trabalho e dispensa cuidados específicos de manejo após completar um ano de idade; o segundo motivo refere-se ao **abandono** simbólico da penosidade do trabalho agrícola do colono pelo emprego assalariado na indústria enquanto sua terra permanece produzindo, ou melhor, a floresta de acácia desenvolve-se. Para maiores detalhes, consulte-se Schneider (1994, p 205).

Vale do Sinos, da Encosta da Serra, do Vale do Caí e do Vale do Taquari a assumirem as características de uma *part-time farming*, permitindo que uma parcela significativa da força de trabalho da família rural se tornasse "pluriativa". Impossibilitado de modernizar-se tecnicamente como agricultor "profissional", o colono e sua família passaram a ter nos trabalhos assalariados fora da propriedade formas alternativas, porém estáveis, de garantia da reprodução do núcleo familiar.

A acaciocultura tem uma relação estreita com as transformações ocorridas no ambiente social e econômico dos pequenos agricultores da antiga zona colonial. Ao mesmo tempo em que a industrialização difusa do setor coureiro-calçadista alterou as relações sociais de trabalho historicamente vigentes na região, assalariando os colonos nas fábricas de sapatos, a agricultura familiar redefiniu seu tradicional sistema produtivo, e, em lugar da policultura, emergiu a acaciocultura como principal atividade comercial dos pequenos agricultores. Vê-se, portanto, que não apenas surgiram novas relações de trabalho e novos atores sociais, mas, também, transformaram-se e metamorfosearam-se as formas de trabalho e as relações de produção existentes no meio rural.

Tais transformações, ocorridas no meio rural das regiões acima citadas, levaram ao aparecimento de uma série de novas atividades. Com a interiorização das indústrias de calçados, outros serviços, como bancos, comércio e transporte, passaram a ampliar os mercados local e regional de trabalho. Com isso, elevaram-se, rapidamente, os preços da terra de pequenas propriedades, que passaram a ser "sítios de lazer" (chácaras). A proximidade com a Região Metropolitana de Porto Alegre (cerca de 60km) ou da emergente região industrial de Caxias do Sul e adjacências e as características de zona turística (Serra gaúcha) são os principais fatores responsáveis pela rápida valorização fundiária ocorrida na última década. Ao longo dos anos 80, os "sítios de lazer" difundiram-se massivamente na região serrana gaúcha. Com a elevação do preço da terra, tornou-se proibitivo o acesso dos filhos de colonos à propriedade. Nessas condições, "novas" formas de trabalho e de produção, como a parceria, a meação e o arrendamento, ressurgiram na região. Em muitos casos, essas novas formas de utilização da terra combinaram-se com o exercício de atividades assalariadas permanentes nas indústrias de calçados, o que se tornou possível graças às características agrônômicas da acaciocultura.

Para os proprietários de "sítios de lazer", o cultivo da acácia é de grande interesse. Na maioria dos casos, o proprietário de um sítio escolhe um inquilino ("chacreiros", como são conhecidos na região) para residir em sua propriedade de terra, utilizando-se da parceria no plantio da acácia como forma de remuneração do trabalho e, eventualmente, com uma complementação salarial. O proprietário cede a terra para que o inquilino possa fazer o plantio das árvores. Para o inquilino, há um atrativo econômico evidente nesse tipo de negócio, porque, além de poder plantar a acácia a meia ou em parceria com o proprietário, ele pode cultivar os demais produtos alimentares básicos para seu consumo em consorciamento com a acácia e, ainda, assalariar parte da mão-de-obra de sua família nas fábricas das cidades. Desse modo, satisfazem-se ambos os interesses: do proprietário, por poder usufruir de um local de lazer, e do inquilino, por ter moradia garantida, renda mensal familiar fixa com as atividades assalariadas fora da propriedade, produtos alimentares de baixo custo, além dos rendimentos extraordinários temporários com a venda das florestas de acácia.

"Aqui acontece muito esse negócio dos chacreiro. O chacreiro em si, tá lá na terra pra tratá um ou dois porquinho, criá uma vaca leiteira e assim por diante. Se o dono da terra vem, principalmente se ele é da cidade, ele leva seu leite, a nata que o chacreiro coleciona, que é uma coisa mais pura e vem direto da fonte, às vezes carneia um porquinho, e eles levam a carne e uma rês inclusive, né. E daí o dono da terra aluga a terra pra plantá acácia então. O chacreiro é quase um assalariado né, ele tá lá e cuida. Pra ele, sempre tem um ou outro serviço na casa... mas pra ele vivê e se virá ele tem que plantá acácia e viver de acácia. Esse é o setor. Iniciou uma vez, depois de sete ano, plantando cada ano um pouquinho, tu sempre tem pra colher, sempre, sempre..." (T.K. empreiteiro e acaciocultor, Dois Irmãos/RS).

Esse depoimento nos revela que as mudanças na forma social da terra se combinaram com novas formas de trabalho na agricultura (Ianni, 1983).²⁶ Nesse sentido, podemos analisar algumas novas características do aumento da parceria e do arrendamento na agricultura gaúcha. As novas formas de trabalho e de produção, que a expansão da acaciocultura vem difundindo no Rio Grande do Sul, parecem guardar alguma semelhança com as transformações recentes no processo de produção e nas relações de trabalho da agricultura dos países do capitalismo desenvolvido. Em países como a França, a Itália e a Espanha, por exemplo, estudos mais recentes indicam uma tendência notável no sentido de que os agricultores estão aprimorando a divisão técnica do trabalho na propriedade e "externalizando" determinadas atividades, que passam, então, a ser desempenhadas por prestadores de serviços, processo este também conhecido como "terceirização"²⁷.

De modo geral, esses processos estão ligados ao crescimento do Setor Terciário na agricultura, em especial através da difusão dos serviços e com as mudanças estruturais ocorridas no espaço rural.²⁸ Em muitos casos, a "externalização" de determinadas atividades agrícolas, para serem executadas por terceiros, é combinada com o trabalho extra-agrícola de alguns membros da família em empregos assalariados fora da propriedade. Essa ampliação da divisão do trabalho vem permitindo que os pequenos agricultores ampliem suas condições de garantir a reprodução social e introduzam novas formas de organização do trabalho e da produção (ALEGRE, 1989, p.111).

²⁶ Segundo Ianni (1983, p.188), "Cada forma social da terra compreende um modo de intercâmbio do homem com a terra, da sociedade com a natureza (...) conforme se desenvolve o intercâmbio entre o homem e a terra, ocorrem distintas metamorfoses da terra".

²⁷ Para Alegre (1989, p.109), "(...) a externalização constitui um mecanismo alternativo de adaptação da estrutura agrária ao modelo clássico de evolução estrutural, quer dizer, do desaparecimento das pequenas propriedades e o crescimento do tamanho das que mantêm suas atividades produtivas (...) naquelas propriedades nas quais alguma fase ou todo ciclo produtivo agrícola é realizado por empresas de serviços externos" (ALEGRE, 1989, p.103). Na Itália, esse processo também tem sido designado como *disattivazione* ou *destrutturazione* das propriedades agrárias (PUGLIESE, 1985, 1991).

²⁸ Na França, Bourgeois (1987, p.12) chega a falar em "terciário agrícola", e Muller (1991) refere-se "a uma agricultura de serviços" para caracterizar a segmentação das atividades produtivas no meio rural em inúmeras fases de produção, que podem ser desempenhadas por mais de um produtor.

No Rio Grande do Sul, a exemplo do que acontece em alguns países desenvolvidos, parece estar ocorrendo processo semelhante, tomando-se como contraponto a agricultura familiar e a acaciocultura das regiões da Encosta da Serra, do Vale do Caí e do Vale do Taquari. A acácia negra, entendida como uma cultura de abandono, possibilita remunerar a terra do proprietário enquanto este se dedica a outro tipo de atividade econômica como sua principal fonte de renda permanente. Assim, numa situação onde a maioria da força de trabalho ativa da família se encontra empregada fora da propriedade, o aparecimento dos "prestadores de serviços", como no caso da colheita de acácia, torna-se funcional. No entanto, como no caso da acaciocultura, essa "terceirização" é restrita a uma determinada fase do processo produtivo, que é a colheita, sendo executada através da parceria, da meação e de outras formas de trabalho que atuam nesse esquema de "externalização". Segundo um empresário, na região de pequenas propriedades, a contratação de prestadores de serviços na colheita da acácia é muito frequente:

"No minifúndio também existe parceria. O próprio micro ou pequeno produtor precisa de braços para trabalhar, então ele vai admitir terceiros nas terras dele. É o que tem que fazer (...). Hoje, o colono que tem um mato, ele não colhe, ele mesmo. Ele pega e faz uma parceria com quem colhe. Ele tem esse direito. Faz pela casca, parte da lenha (...). Então, o cara chega lá e colhe o mato do colono e deixa tudo ajeitadinho para ele plantar de novo. O colono cede o talão de nota fiscal de produtor rural, e a comercialização da casca e da lenha fica tudo registrado. Isso é uma forma que se pode considerar como parceria (...). Porque a casca, ela é um cheque. O camarada trouxe o caminhão de casca aqui na empresa: pesa ali embaixo, passa aqui em cima e pega o dinheiro" (L.H., Diretor de empresa, Estância Velha/RS).

Nas pequenas propriedades, a acácia é plantada geralmente nas áreas menos férteis ou de difícil manejo. Uma vez feito o plantio, as "forças plenas" da família, sobretudo os mais jovens, e, dentre estes, de modo predominante as mulheres, buscam empregos assalariados fora da propriedade, em geral nas fábricas de sapatos da região. Essa combinação de trabalhos extra-agrícolas com a manutenção do domicílio no meio rural permite que os membros das famílias obtenham rendas complementares com a acaciocultura. Quando uma área de terras deixa de ser cultivada em função do desinteresse dos filhos mais jovens ou das limitações físicas dos mais idosos, ou mesmo nos casos em que os sítios de lazer não são administrados por inquilinos, surge a parceria entre os proprietários dessas áreas com colonos/acaciocultores. Esta parece ser uma prática difundida entre os acaciocultores da região de pequenas propriedades, sejam eles colonos, sejam empresários, sejam empreiteiros. É o que nos revelam os seguintes depoimentos:

"(...) eu plantei também na terra dos parentes. Na terra dos H. eu plantei e agora comecei na terra do falecido G.H. No E.M. já comecei no ano passado (...). Eu tô plantando assim: pego a terra, e todo o serviço, desde o primeiro dia, é comigo. O que eu planto no meio (consorciamento), tudo é meu: é milho, mandioca e essas coisas. A acácia é 50% prá cada um. Metade é do dono da terra, e a outra metade é de quem planta (...)." (T.K., empreiteiro e acaciocultor, Dois Irmãos/RS).

"Nós fizemos assim, 60% para nós e 40% para o dono da terra. Nós plantamo na terra do A., que nunca trabalhou na roça, ele era caminhoneiro. E o C.B., ele era sozinho na roça, só ele e a mulher, eles não tinha filhos, então as partes que eles não conseguiam plantar nós negociava com acácia" (V.B., colono, Dois Irmãos/RS).

A parceria tem se desenvolvido com maior intensidade nas regiões de pequenos proprietários, tanto no plantio como na colheita da acácia. Há também casos em que a colheita é realizada no sistema de meação: uma parcela da colheita pertence ao proprietário da floresta, e o restante, àquele que faz a colheita. Tanto a parceria como a meação têm se difundido com maior frequência nas regiões da Encosta da Serra, no Vale do Cai e no Vale do Taquari, consideradas "zonas antigas" de plantio da acaciocultura.

"Dos 180 mil ha plantados com acácia no Rio Grande do Sul, em torno de 75% a 80% estão nas áreas de minifúndio. É uma cultura totalmente terceirizada em relação às indústrias. Este é que é o grande negócio que as indústrias conseguiram fazer, porque as indústrias foram honestas (...). Isso foi o que fez com que o pessoal realmente plantasse acácia.(...) A acácia se desenvolveu exatamente na área de minifúndio da serra, na região da soja, trigo, ela não entra (...). Isso é só o minifúndio que tem se mantido com a acácia. No latifúndio isso não acontece." (L.H. Diretor de empresa, Estância Velha/RS).

Entretanto a acaciocultura também vem sendo incrementada com sucesso na região centro-sul do Rio Grande do Sul²⁹, onde predominam propriedades de tamanhos médio e grande. Nessa região, a acácia vem sendo desenvolvida através do arrendamento de grandes extensões de terra por parte das empresas de reflorestamento. A proximidade com o pólo coureiro-calçadista e, sobretudo, os baixos preços pagos pelo arrendamento do solo, em comparação com a região de pequenas propriedades, constituem-se nos principais atrativos das indústrias e das empresas de reflorestamento. A região centro-sul é uma "zona de expansão recente" (sobretudo a partir da década de 80) da acaciocultura, a qual foi introduzida como substituta da pecuária extensiva. Para os proprietários de terras dessa região, a acaciocultura vem se constituindo, verdadeiramente, num fator de recrudescimento do arrendamento mercantil da terra.

"(...) o fazendeiro dificilmente investe em mato. Normalmente, são as próprias empresas que fazem a colheita e que também plantam na base da parceria. O fazendeiro arrenda a terra ou faz uma parceria com as empresas que vão colher(...) O que se verifica, hoje, é que os pais do fazendeiro já morreram, e são os filhos que detêm a terra em condomínio. Pela falta dos pais, e os filhos a maior parte deles estão na cidade, então eles não têm mais forças nem de criar gado. Não têm mais capital para criar gado e tampouco condições de trabalho ou conhecimentos de

²⁹ Nessa região, destacam-se como produtores de acácia os municípios de Tapes, Camaquã, Arroio Grande, Canguçu, Encruzilhada do Sul, dentre outros.

como se produz. Então, têm terras aí muitas vezes abandonadas. Normalmente, para as empresas tornar essas terras arrendáveis precisam regularizar a propriedade." (L.H., Diretor de empresa, Estância Velha/RS).

Entretanto, segundo nossas pesquisas, parece que não são apenas as vantagens econômicas do arrendamento dessas terras, em geral pouco produtivas ou parcialmente ocupadas com a criação extensiva de bovinos de corte, que explicam o rápido crescimento da acaciocultura na região centro-sul do Estado. O incremento da acaciocultura nessas áreas também cumpre o papel de legitimar a manutenção da posse privada da propriedade fundiária. Essa hipótese é confirmada pelo depoimento de um empresário do setor de reflorestamento que atua nas regiões de expansão recente da acaciocultura: "(...) o pessoal anda preocupado com uma **eventual desapropriação** e, por isso, passaram a usar a terra na formação de mato de acácia. Existe esse negócio" (L.H., Diretor de empresa, Estância Velha/RS).

Assim, a expansão da acaciocultura no Rio Grande do Sul vem estabelecendo novas formas de trabalho na agricultura, através da articulação da pequena agricultura familiar com as atividades assalariadas urbano-industriais. Ao mesmo tempo em que a acaciocultura possibilitou a emergência dessas novas formas de trabalho e de produção, como a "externalização" de fases do processo produtivo agrícola e o exercício de atividades remuneradas fora da propriedade por membros da família rural, ela também foi responsável pelo recrudescimento de velhas formas da exploração capitalista no campo, como o arrendamento, a parceria e a meação.³⁰

3 - A pluriatividade e as novas formas de trabalho na agricultura familiar: considerações finais

Além dessas novas formas de produção que surgiram no cenário rural gaúcho, no último decênio, ocorreram também transformações significativas na estrutura do trabalho. Como mencionamos anteriormente, a partir do momento em que a agricultura familiar das regiões da Encosta da Serra, do Vale do Caí e do Vale do Taquari assumiu as características de uma *part-time farming*, a força de trabalho de origem rural passou a ter na pluriatividade um de seus principais atributos. Com a saída dos filhos da propriedade, o colono reestrutura a organização interna do trabalho familiar de modo a definir a posição de cada membro da família de acordo com sua ocupação econômica principal. É por isso que a pluriatividade vem influenciando decisivamente as novas formas de reprodução da agricultura familiar.

³⁰ Esse é um tema que exigirá análises mais aprofundadas e comparativas no que diz respeito às formas de trabalho vigentes nas regiões de grandes propriedades, onde o plantio e a colheita de acácia são predominantemente efetuados por empreiteiras ou empresas reflorestadoras, ao contrário do que ocorre nos minifúndios, onde a acaciocultura desempenha o papel de uma cultura de abandono.

Não obstante a importância das transformações rurais, há que se considerar o papel fundamental exercido pelo processo de industrialização difusa do setor coureiro-calçadista da região no estímulo ao desenvolvimento dos empregos extra-agrícolas e à formação de um mercado local de trabalho. Isso se torna ainda mais evidente a partir da adoção da estratégia da descentralização e da interiorização das indústrias coureiro-calçadistas. Do problema da inelasticidade da estrutura fundiária local emerge um vasto mercado de trabalho no meio rural da ex-Colônia Velha, composto pelos filhos dos colonos em idade plena para trabalhar. Essa articulação da força de trabalho de origem rural com o sistema produtivo industrial é personificada pela emergência de uma nova categoria social: os "colonos-operários"³¹

Há na literatura diversos estudos que analisam a importância das atividades extra-agrícolas nas formas de reprodução social do campesinato. No entanto não é do nosso conhecimento que algum autor, à exceção de Seyferth (1984; 1987; 1992), tenha se utilizado das noções de *pluriactivité* e *part-time farming* para descrever o fenômeno da utilização dos trabalhos extra-agrícolas como complemento de renda ou como principal estratégia de reprodução da família em regiões agrárias brasileiras.³² O que importa salientar neste artigo, contudo, é que o trabalhador das regiões da Encosta da Serra, do Vale do Caí e do Vale do Taquari, que possui atividades extra-agrícolas (ou pluriativo), representa muito mais do que uma simples relação de trabalho assalariada, que se estabelece entre os filhos dos colonos e as indústrias de calçados que se interiorizaram ou que buscam diariamente esses trabalhadores em seus domicílios. Trata-se de compreender que estamos na presença de uma nova forma de trabalho, à qual chamamos de pluriatividade, que é decorrente de um novo tipo de organização da produção agrícola, que denominamos "agricultura em tempo parcial".

Nesse sentido, podemos afirmar que a estrutura social e econômica das regiões que estudamos é o resultado das transformações desses processos. Na nossa opinião, não há como compreender e explicar as novas relações de trabalho, as estratégias de reprodução dos agricultores familiares e as estratégias de acumulação de capital das indústrias coureiro-calçadistas sem entender as transformações estruturais da economia gaúcha após os anos 70. Chegamos a essa constatação a partir de uma indagação que nos fizemos acerca das condições de possibilidades de reprodução dos agricultores familiares em duas regiões de realidades distintas.

Partindo do pressuposto geral de que a agricultura se transformou em todo o Estado do Rio Grande do Sul nos dois últimos decênios, buscamos recuperar as diferenças através das singularidades. Assim, logo percebemos que, enquanto na região noroeste/norte do Estado as mudanças ocorriam através do "fenômeno soja", nas regiões da agricultura

³¹ Designamos colono-operário todo aquele trabalhador que se emprega em trabalhos extra-agrícolas e mantém algum tipo de relação com as atividades rurais ou agrícolas. Estas podem implicar trabalhos temporários ou permanentes, próprios ou de terceiros, desde que o indivíduo denominado de "colono-operário" usufrua delas de alguma maneira, seja para subsistência, seja como fonte de rendas. Para maiores detalhes, ver Schneider (1994, p.286).

³² São inúmeros os trabalhos publicados que se ocupam desse tema, basta apenas citar os de Santos (1978) e Garcia Junior (1983, 1989). Mesmo Seyferth não trabalha diretamente com essas noções analíticas nos seus estudos sobre os colonos-camponeses de Santa Catarina.

colonial (neste caso, a Colônia Velha alemã) as alterações davam-se noutra sentença. Enquanto na primeira região se desenvolveu uma bifurcação entre os agricultores "profissionais", tecnicados e modernizados e os "excluídos", marginalizados e compelidos à deixarem a agricultura (sobretudo através das migrações), na segunda desenvolveu-se um processo de transformação da agricultura familiar articulado com o processo de industrialização difusa do setor coureiro-calçadista. A articulação da industrialização difusa com o ambiente social e econômico onde predomina a pequena agricultura familiar faz parte de uma trajetória recheada de peculiaridades históricas, sociais, econômicas e culturais. É por isso que o surgimento da agricultura em tempo parcial e das relações de trabalho pluriativas na região da Colônia Velha alemã está diretamente ligado ao processo de industrialização difusa que lá ocorreu (a formação da indústria coureiro-calçadista).

A pluriatividade, entendida como o exercício de mais de uma atividade remunerada, manifesta-se através de uma multiplicidade de formas, em situações de tempo e espaço distintas e de acordo com os agentes e a estrutura sócio-econômica em que transcorre. Assim, não obstante utilizarmos noções conceituais desenvolvidas para dar conta de outras realidades e de outros fenômenos, temos convicção de que o tipo de agricultura (a forma de produção) e as relações sociais de trabalho que se erigiram sobre o tradicional modo de vida colonial se identificam com a *part-time farming* e a *pluriactivité*, tal como estas ocorrem nos países desenvolvidos.

A pluriatividade, como se viu, é, ao mesmo tempo, uma causa e uma consequência da agricultura em tempo parcial. A disponibilidade de empregos fora da propriedade (sobretudo nas fábricas de sapatos) permitiu ao colono reestruturar a divisão interna do trabalho familiar e adequar a unidade agrícola às características de um mercado de trabalho regional. Surgem daí não apenas a figura do "colono-operário", como personificação dessa realidade, mas também os processos de descentralização e de interiorização das indústrias de calçados e de "terceirização" e informalização, que estimulam a pluriatividade das relações de trabalho. Assim, a pluriatividade redefine os processos produtivos adotados nas pequenas propriedades rurais e altera as estratégias de reprodução das famílias rurais mediante a crescente participação das fontes de rendas não agrícolas na composição do orçamento familiar.

Bibliografia

- ABRAMOVAY, R. (1992). **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**: de camponeses à agricultores. São Paulo: UNICAMP/ANPOCS/HUCITEC.
- ALEGRE, A. A. (1989). Estrutura de las explotaciones agrarias y externalización del proceso produtivo. **Revista de Economía**, Madrid, n.666, p.101-117.
- AMADO, J. (1978). **Conflito social no Brasil**: a revolta dos Mucker. São Paulo: Símbolo.
- ARKLETON RESEARCH (1987). **Cambio rural en Europa**: programa de investigación sobre las estructuras agrarias y la pluriactividade. (Colóquio de Montpellier).

- ASSOCIATION DES RURALISTES FRANÇAIS (1984). **La pluriactivité dans les familles agricoles**. Paris: ARF.
- BAGNASCO, A. (1981). Labour market, class structure and regional formations in Italy. **International Journal of Urban and Regional Research**, v.5, n.1.
- BOURGEOIS, L. (1987). L'agriculture et les services: divorce ou symbiose? **Reveu Économie Rurale**, n.177, jan./fev.
- BRUN, A. (1986). Aspects macroeconomicos de la pruriativité, des familles agricoles. **Reveu Economie Rurale**, n.171, jan./fev.
- COURLET, C. (1993). Novas dinâmicas de desenvolvimento e sistemas industriais e sistemas industriais localizados. **Ensaios FEE, Porto Alegre**, v.14, n.1, p.9-26.
- DELGADO, G. C.(1985). **Capital financeiro e agricultura no Brasil**. São Paulo: Icone/UNICAMP.
- ELLIS, F. (1988). **Peasants economics: farm households and agrarian development**. Cambridge: Cambridge University.
- GARCIA JÚNIOR, A. (1983). **Terra de trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- GARCIA JÚNIOR, A. (1989). **O sul: caminho do roçado**. São Paulo: Marco Zero.
- GAROFOLI, G. (1993). Industrialização difusa e pequena empresa: o modelo italiano dos anos 70 e 80. **Ensaios FEE, Porto Alegre**, v.14, n.1, p.49-75.
- HEREDIA, B. (1979). **A morada da vida**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- IANNI, O. (1983). **Origens agrárias do estado brasileiro**. São Paulo: Brasiliense.
- KAGEYAMA, A. et al. (1990). O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, Guilherme et al. **Agricultura e políticas públicas**. Brasília: IPEA. (Série IPEA, n.127).
- LIPIETZ, A. (1988). **Miragens e milagres: problemas da industrialização no terceiro mundo**. São Paulo: Nobel.
- LIPIETZ, A. (1991). As relações capital-trabalho no limiar do XXI. **Ensaios FEE, Porto Alegre**, v.12, n.1, p.101-130.
- LIPIETZ, A., LEBORGNE, D. (1988). O pós-fordismo o seu espaço. **Espaço e Debates**, São Paulo, v.8, p.12-29.
- MARSDEN, T. (1989). Restructuring rurality: from order to disorder in agrarian political economy. **Sociologia Ruralis**, Netherlands, v.29, n.2, p.312-317.
- MARSDEN, T. (1992). Exploring a rural sociology for the fordist transition: incorporating social relations into economic restructuring. **Sociologia Ruralis**, Netherlands, v.32, n.2/3.
- MARTINE, G., GARCIA, R. C. (1987). **Os impactos sociais da modernização agrícola**. São Paulo: Caetés.

- MARX, K. (1985). O processo global de produção capitalista. In: ___. **O capital**. São Paulo: DIFEL. Liv.3, cap. 47.
- MULLER, G. (1989). **Complexo agroindustrial brasileiro e modernização agrária**. São Paulo: HUCITEC.
- MULLER, P. (1991). Vers une agriculture de services? **Reveu Économie Rurale**, n.202/203, mars/juin.
- PALMEIRA, M. (1989). Modernização, estado e questão agrária. **Revista de Estudos Avançados**, São Paulo: USP, v.3, n.7, p.87-108.
- PESAVENTO, S. J. (1983). **Agropecuária colonial e industrialização**. Porto Alegre: Mercado Aberto.
- PRESSER, M. (1978). **O desenvolvimento do capitalismo no Rio Grande do Sul: 1920-1975**. Campinas: UNICAMP/IFCH. (Dissertação de mestrado; mimeo).
- PUGLIESE, E. (1985). Estratificación social y trabajo a tiempo parcial. In: ETXEZARRETA, Miren. **Desarrollo rural integrado**. Ministério de la Agricultura y Pesca, Esp. (Serie Estudios).
- PUGLIESE, E. (1991). Agriculture and the new division of the labor. In: FRIEDLAND, W. et al. **Towards a new political economy of agriculture**. Boulder: Westview.
- REIS, J. (1985). Modos de industrialização, força de trabalho e pequena agricultura. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Portugal, n.15, 16, 17.
- REIS, J. (1987). Os espaços da industrialização: notas sobre a regulação macroeconômica e o nível local. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Portugal, n.22.
- REIS, J. (1988). Território e sistemas produtivos locais: uma reflexão sobre as economias locais. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Portugal, n.25/26.
- ROCHE, J. (1969). **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo. 2v.
- SANTOS, J. V. Tavares dos (1978). **Os colonos do vinho**. São Paulo: HUCITEC.
- SARRACENO, E. (1987). La evolución de las estructuras agrárias y el papel de la pluriatividad en los procesos de industrialización antiguos y actuales. In: ARKLETON RESEARCH. **Cambio rural en Europa**. (Colóquio de Montpellier).
- SCHNEIDER, S. (1994a). O desenvolvimento agrícola e as transformações da estrutura agrária nos países do capitalismo avançado: a pluriatividade. **Revista Reforma Agrária**, Campinas, v.24, n.3, set./dez. (no prelo).
- SCHNEIDER, S. (1994). **Os colonos da indústria calçadista: expansão industrial e as transformações da agricultura familiar no Rio Grande do Sul**. Campinas: IFCH/UNICAMP. (Dissertação de mestrado).
- SCOTT, A. J. (1988). Flexible production systems and regional development: the rise of the new industrial spaces in North America and Western Europe. **International Journal of Urban and Regional Research**, London, v.12, n.2, p.171-187.

- SCOTT, A. J. (1991). Flexible production systems: analytical tasks and theoretical horizons; a reply to lowering. **International Journal of Urban and Regional Research**, London, v.15, n.1, p.130-133.
- SEYFERTH, G. (1974). **A colonização alemã no Vale do Itajaí-Mirim**. Porto Alegre: Editora Movimento.
- SEYFERTH, G. (1984). Camponeses ou operários? o significado da categoria colono numa situação de mudança. **Revista do Museu Paulista**, São Paulo, v.29. (Nova série).
- SEYFERTH, G. (1987). Aspectos da proletarização do campesinato no Vale do Itajaí(SC): os colonos-operários. In: LOPES, J. S. L., org. **Cultura e identidade operária**. São Paulo: Marco Zero.
- SEYFERTH, G. (1992). As contradições da liberdade: análise das representações sobre identidade camponesa. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.18, n.7, p.78-96.
- SILVA, J. Graziano da (1982). **A modernização dolorosa**. Rio de Janeiro: Zahar.
- SOUZA, M. F. Vianna de (1992). **Os rendeiros da soja**. Campinas: IFCH/UNICAMP. (Dissertação de mestrado).
- TEPICHT, J. (1973). **Marxisme et agriculture**. Paris: Armand Colin.
- VRIES, V. M. (1993). Farming with other gainful activities in the rural areas. **Sociologia Ruralis**, Netherlands, v.33, n.4, p.263-268.
- WAIBEL, L. (1949). Princípios da colonização européia no sul do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, v.11, n.2, p.159-217.
- WAIBEL, L. (1955). As zonas pioneiras do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, v.18, n.14, p.389-417.
- WOLF, E. (1976). **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar.

Abstract

This article analyses the changes happened in family farming in the German Colônia Velha, in Rio Grande do Sul, Southern Brazil, since 1970. This area includes, today, the micro-regions of Vale do Sinos, Encosta da Serra, Vale do Cai e Vale do Taquari. The main object of our study is the desintegration of the traditional farm systems, involving the crises of dairy production and arise of the "part-time farming". This new form of labor organization is closely related with the development of the "acaciocultura" as the main trade activity of the "colonos" and the search for off-farm earns by the members or rural families.